

B O L E T I M
MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



2.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1294

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (44.ª Reunião / 28.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2018/11/27):

- **Deliberação n.º 496/AML/2018 - Recomendação n.º 044/01** - Resultante do Parecer da 7.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 28/2018 - «Pelo alargamento para 23 do número de marchas a Concurso nas Marchas Populares de Lisboa» - Subscrita pela 7.ª Comissão Permanente
pág. 2464 (6)

- **Deliberação n.º 497/AML/2018 - Proposta n.º 004/CDS-PP/2018** - Restauro, conservação e valorização da Torre do Jogo da Péla», nos termos da proposta - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP
pág. 2464 (6)

- **Deliberação n.º 498/AML/2018 - Recomendação n.º 044/02 - Retificada** - Resultante do Relatório da 7.ª Comissão Permanente «Sobre o Operário Futebol Clube de Lisboa» - Subscrita pela 7.ª Comissão Permanente
pág. 2464 (6)

- **Deliberação n.º 499/AML/2018 - Proposta n.º 683/CM/2018** - Apreciação do ponto 1 da parte deliberativa - Adesão do Município de Lisboa à Rede POLIS, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Miguel Feliciano Gaspar
pág. 2464 (7)

- Deliberação n.º 499/AML/2018:

- Proposta n.º 683/CM/2018 - Apreciação do ponto 1 da parte deliberativa - Adesão do Município de Lisboa à Rede POLIS, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Miguel Feliciano Gaspar.

Votação na CML: Aprovada por unanimidade.

Votação na AML: Aprovado por unanimidade.

PROPOSTA N.º 683/2018

Submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa à Rede POLIS, nos termos da proposta

Pelouro: Mobilidade.

Vereador: Miguel Feliciano Gaspar.

Considerando que:

- a) A mobilidade é uma das áreas com maior impacto na dinâmica da cidade;
- b) Existe uma preocupação crescente em dotar a cidade de condições para que a circulação pedonal se faça de forma segura e confortável;
- c) O transporte público sofreu uma redução da procura que urge reverter, a par da melhoria da oferta;
- d) Existe uma grande pendularidade nas deslocações na Área Metropolitana de Lisboa centrada em Lisboa;
- e) Diariamente entram mais de 370 mil automóveis na cidade, com um consequente grande impacto energético, ambiental e social;
- f) A promoção da mobilidade elétrica tem sido uma das prioridades do Município de Lisboa, mas carece ainda de mais investimento;
- g) Existe uma muito grande pressão de estacionamento à superfície na cidade;
- h) Existe uma crescente utilização de modos ativos de deslocação na cidade, sendo essencial garantir esta tendências, bem como a segurança dos utilizadores;
- i) Existe uma oferta crescente de novos serviços inovadores de mobilidade, partilhados e de acesso através de plataformas eletrónicas, que representam uma alteração da oferta do sistema de mobilidade da cidade;
- j) A logística urbana representa um papel crucial na cidade, sendo necessário garantir o conhecimento e os meios necessários à sua regulação e redução das externalidades negativas;
- k) O aumento do número de visitantes da cidade tem vindo a crescer de forma muito acelerada, e com ele as opções de oferta de mobilidade turística, com importância crescente na cidade;
- l) A mobilidade é responsável por cerca de 40 % das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) de Lisboa;
- m) O Município de Lisboa, depois de ter subscrito o Pacto dos Autarcas, foi a primeira capital europeia a subscrever o novo Pacto Global do Autarcas para a Energia e Clima, em 2016, no qual se comprometeu a reduzir as emissões de GEE em 40 % até 2030;

- n) Portugal ratificou a emenda do Protocolo de Quioto para o período 2013-2020;
- o) Portugal se comprometeu, juntamente com os restantes países da União Europeia, no âmbito da preparação do Acordo de Paris, a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) nacionais e subscreeu o Acordo de Paris, na 21.ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21);
- p) O Acordo de Paris aponta à neutralidade carbónica na segunda metade do século;
- q) A União Europeia estabeleceu no Livro Branco dos Transportes a meta de reduzir em 60 % as emissões de GEE do sector dos Transportes até 2050, estabelecendo a necessidade de eliminar da circulação na Europa dos veículos a diesel e gasolina até 2050, reduzindo o seu número para metade já em 2030;
- r) Portugal estabeleceu um Quadro Estratégico de Política Climática no horizonte 2020-2030, integrando o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030) e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAC 2020);
- s) Em 2017 a Câmara Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), a qual foi igualmente aprovada por unanimidade e aclamação na Assembleia Municipal;
- t) A cidade de Lisboa foi finalista do «European Mobility Week Award 2015», do «European Mobility Week Award 2016» e do «European Green Capital Award 2019»;
- u) A cidade de Lisboa será a Capital Europeia Verde em 2020;
- v) Face aos desafios na área da mobilidade é do interesse de Lisboa associar-se às cidades que mais se têm destacado no desenvolvimento de soluções sustentáveis e eficazes para os grandes desafios da mobilidade;
- w) A Rede POLIS, criada em 1989, é reconhecidamente a mais importante rede de cidades e regiões com foco na área da mobilidade urbana sustentável e segura;
- x) A Rede POLIS tem como principais objetivos:
 - a. O desenvolvimento de iniciativas políticas e de inovação na área da mobilidade urbana;
 - b. A troca de conhecimento e experiência entre os seus associados;
 - c. A facilitação do diálogo e cooperação entre as cidades e regiões da rede e entre estas e as restantes instituições do sector;
 - d. O debate sobre os temas mais importantes da mobilidade e transportes e a sistematização de opiniões conjuntas que são divulgadas nos fóruns internacionais;
 - e. A representação das cidades e regiões junto de outras instituições, em especial junto das Instituições Europeias;
 - f. O incentivo à criação e adoção de medidas de sustentabilidade e segurança dos sistemas de transportes, nomeadamente no que concerne à criação de legislação e à atribuição de fundos.

- y) A Rede POLIS apoia ativamente os seus associados na angariação e desenvolvimento de projetos na área da mobilidade, em particular projetos cofinanciados pela União Europeia;
- z) A Rede POLIS conta como membros algumas das principais cidades e regiões europeias;
- aa) A Rede POLIS disponibiliza informação e ferramentas de apoio à decisão e implementação de soluções de mobilidade sustentáveis;
- bb) Os membros da Rede POLIS organizam-se em Grupos de Trabalho com vista à prossecução dos seus objetivos;
- cc) A quota anual para cidades-membro com uma população residente entre quinhentos mil e um milhão de habitantes é de 10 395 euros.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos das alíneas c), k) e p) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- 1 - Submeter à Assembleia Municipal aprovar a adesão do Município de Lisboa à Rede POLIS, e autorizar a realização da despesa no montante de 10 395 euros (dez mil trezentos e noventa e cinco euros) anuais para pagamento da respetiva quota, com o enquadramento na Orgânica 18.00, Rubrica Económica 06.02.03.03, Extra Plano, do Orçamento em vigor;
- 2 - Aprovar a Minuta do formulário de adesão à Rede POLIS, em anexo;
- 3 - Mandatar o Vereador Miguel Feliciano Gaspar para submeter e assinar a candidatura e adesão.

CONDIÇÕES DE ADESÃO À POLIS

GERAL

A adesão será concedida mediante a aprovação do Comité de Gestão da POLIS. Todos os pedidos de adesão devem ser apresentados por escrito ao Secretariado da POLIS, em Bruxelas. O pedido escrito deve ser efetuado através de formulário próprio acompanhado de uma carta de intenções da autoridade local.

A quota de adesão é devida no prazo de 4 meses a partir da data do respetivo envio, sendo aplicado um desconto de 5% de desconto aos membros que procedam ao seu pagamento até 30 de abril.

Os membros que desejem renunciar à Polis são obrigados a pagar a quota por inteiro referente ao ano da renúncia.

MEMBROS EFETIVOS

A categoria de membros efetivos é aberta a cidades europeias, regiões e organizações regionais com carácter de autoridades locais, também fora da União Europeia, com um governo democraticamente eleito, a todas as empresas de transportes públicos com sede na Europa e a todas as autoridades de transporte locais ou regionais da Europa.

MEMBROS ASSOCIADOS

A categoria de membros associados é aberta a entidades que não são elegíveis na categoria de membros efetivos, tais como cidades e regiões não europeias, associações, centros de investigação e universidades interessadas em transporte local e regional. Os membros associados não participam no processo da decisão interna da Polis e não têm direito de voto na Assembleia-geral.

Rue du Trône 98, B-1050 Brussels, Belgium
Tel +32 (0)2 500 56 70- Fax +32(0)2 500 56 80
VAT BE 0460400701
www.polisnetwork.eu

Quadro 1: Quotas de membros efetivos para cidades

População	2018	(*) 2018 – 5% de desconto para os que pagam mais cedo
Cidade com uma população com menos de 100.000 habitantes	3.465,00€	3.291,75€
Cidade com uma população entre 100,000 e 299,999 habitantes	5.775,00 €	5.486,25€
Cidade com uma população entre 300,000 e 499,999 habitantes	9.240,00€	8.778,00 €
Cidade com uma população entre 500,000 e 999,999 habitantes	10.395,00 €	9.875,25 €
Cidade com uma população entre 1.000,000 e 1.999,999 habitantes	11.550,00 €	10.972,50 €
Cidade com uma população entre 2.000,000 e 2.999,999 habitantes	13.167,00 €	12.069,75 €
Cidade com uma população com mais de 3.000,000 habitantes	13.860,00	13.167,00 €

Quadro 2: Quotas de membros efetivos para regiões (mais do que uma área urbana)

População	2018	(*) 2018 – 5% de desconto para os que pagam mais cedo
Região cuja cidade maior tem uma população com menos de 100.000 habitantes	5.775,00€	5.486,25€
Região cuja cidade maior tem uma população entre 100,000 e 299,999 habitantes	9.240,00 €	8.778,00€
Região cuja cidade maior tem uma população entre 300,000 e 499,999 habitantes	10.395,00€	9.875,25 €
Região cuja cidade maior tem uma população entre 500,000 e 999,999 habitantes	11.550,00 €	10.972,50 €
Região cuja cidade maior tem uma população entre 1.000,000 e 1.999,999 habitantes	12.705,00 €	12.069,75 €
Região cuja cidade maior tem uma população maior que 3.000,000 habitantes	13.860,00	13.167,00 €

Quotas de Membros Associados

Membros Associados	2018	(*) 2018 – 5% de desconto para os que pagam mais cedo
	3.465,00€	3.291,75€

Rue du Trone 98, B-1050 Brussels, Belgium
Tel +32 (0)2 500 56 70- Fax +32(0)2 500 56 80
VAT BE 0460400701
www.polisnetwork.eu

POLIS Cities and Regions for Transport Innovation	Por favor complete e reenvie este formulário à: POLIS Rue du Trône 98 1050 Bruxelles Belgium Tel.: + 32 2 500 56 70 polis@network.eu www.polisnetwork.eu	Para uso interno:
--	--	-------------------

Formulário de pedido oficial de adesão a membro efetivo da POLIS

Registo, sede social da Administração/Organização legalmente estabelecida:

Exercendo a sua atividade no seguinte domínio:

Representado legalmente por:

(Apelido, nome, cargo)

Após tomar conhecimento dos Estatutos e Regulamento Interno da POLIS, assim como da tabela de quotizações anuais, cujo exemplar lhe foi entregue, solicita a sua adesão à POLIS comprometendo-se a respeitar as disposições dos Estatutos e do Regulamento Interno da POLIS, assim como todas as outras decisões adotadas pela Assembleia Geral, contribuir para as atividades da associação e a proceder ao pagamento da respetiva quota anual.

Pela Administração/Organização

Lido e aprovado:

Local/Data:

Assinatura:

Enviar para o Secretariado da POLIS com a ficha de informação em anexo

FICHA DE INFORMAÇÃO

POLIS

Anexo ao formulário de pedido oficial de adesão a membro ativo da POLIS

1. Organização

Nome da organização:

2. Pessoa de Contato

A pessoa designada para representar oficialmente a Organização no seio da POLIS participa nas atividades da associação em nome da organização e exerce o direito de voto por ocasião da Assembleia-geral.

Nome e referência da pessoa de contato para envio de toda a correspondência.

NOME:

Endereço:

Nº de registo fiscal:

Tel.:

Fax:

E-mail:

Nome e endereço da pessoa de contato para o envio das faturas, caso seja um contato diferente

3. Outras informações

Total da população representada pela Organização

Hab.: {Fonte: }

População da cidade maior da região/organização

Hab.: {Fonte: }

Área (km2):

Densidade populacional:

Meio de transporte:

Carro:

Transporte público:

Bicicletas:

A pé:

Outros:

Comprimento da rede rodoviária:

Autoestradas:

Vias principais:

Vias secundárias:

Volume de tráfego:

Transporte Público (nº de linhas e total de kms abrangidos)

Metro:

Elétrico:

Autocarro:

ESTATUTOS

Seção 1: Nome, Sede e Duração

Artigo 1: Nome

A associação internacional sem fins lucrativos denominada “POLIS” é regida pelos presentes estatutos.

POLIS é uma rede de cidades e regiões europeias que apoiam a mobilidade sustentável e a inovação no transporte local.

A POLIS é uma associação internacional sem fins lucrativos regida pelas disposições do título III da Lei Belga de 27 de junho de 1921, sobre associações sem fins lucrativos, associações internacionais sem fins lucrativos e fundações.

Artigo 2: Sede

A sede da POLIS está estabelecida na Bélgica. A sede social está registrada na Rue du Trône 98, 1050 Bruxelas, distrito legal de Bruxelas.

O local da sede da POLIS, na Bélgica, pode ser alterado por decisão do Comité de Gestão. Esta decisão deve ser integrada na ficha da POLIS e publicada nos anexos do Jornal Oficial do Estado belga.

Artigo 3: Duração

A POLIS terá duração indeterminada. Pode ser dissolvida a qualquer momento por decisão de sua Assembleia-Geral, segundo as condições abaixo definidas na Seção 9.

Seção 2: Objetivos e Atividades

Artigo 4: Objetivos e Atividades da POLIS

Os objetivos da POLIS são:

- Incrementar o intercâmbio de experiências entre os seus Membros e entre as cidades europeias, regiões e organizações regionais, em todas as áreas relativas à qualidade de vida, sob condições de mobilidade sustentável, nas cidades e regiões através da aplicação de novas tecnologias, em particular nas áreas do transporte, ambiente, energia e áreas afins;
- Aprofundar o conhecimento sobre tecnologias inovadoras e o *know-how* nessas áreas;
- Investigar e promover soluções físicas e fórmulas de financiamento por forma a estabelecer uma nova mobilidade relacionada;
- Promover ligações operacionais entre os membros da POLIS;

- Difundir e promover os resultados do seu trabalho (em particular sobre pesquisa e desenvolvimento ao nível europeu e projetos em curso) em larga escala envolvendo todos os atores;
- Cooperar estreitamente com outras organizações com objetivos similares;
- Contribuir para a harmonização europeia da tecnologia e padronização, reunindo utilizadores, operadores, indústria, ciência e instituições europeias;
- Promover um nível mais elevado de cooperação entre os Membros e as instituições europeias, salvaguardando que a dimensão urbana e regional é tida em conta adequadamente nos programas comunitários e nas políticas da União Europeia.

Para esse efeito, a POLIS terá o direito de exercer, sozinha ou em colaboração com terceiros, direta ou indiretamente, todas as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, para atingir os seus objetivos. A POLIS desenvolverá, em particular, as seguintes atividades:

1. Realizar pesquisas e estudos;
2. Divulgar publicações;
3. Organizar sessões de formação, seminários e conferências.

A POLIS terá o direito de criar sub órgãos para encarregar-se de algumas dessas atividades em seu nome.

Seção 3: Membros

Artigo 5: Membros

Os membros podem ser membros efetivos ou membros associados. Todas as referências nestes Estatutos a “Membro” ou “Membros” sem quaisquer outras especificações se referem a membros Efetivos e Membros Associados coletivamente.

A categoria de membros efetivos da POLIS é aberta a cidades europeias, regiões e organizações regionais com caráter de autoridades locais, também fora da União Europeia, com um governo democraticamente eleito, a todas as empresas de transportes públicos locais com sede na Europa e a todas as autoridades de transporte local e regional europeias.

A categoria de membros associados da POLIS é aberta a institutos de investigação, universidades e outras entidades (públicas ou privadas).

Membros Efetivos e Associados são pessoas legalmente constituídas de acordo com as leis e práticas dos respetivos países de origem.

Sujeito a especificações adicionais no Regimento Interno da POLIS (doravante designado por “Regulamento Interno”), potenciais novos membros efetivos podem ser admitidos como Membros Associados durante um período único de, no máximo, doze meses.

Aos membros associados é negada qualquer elegibilidade e direito de voto.

O número de membros é ilimitado, mas os membros efetivos devem ser no mínimo seis. A adesão deve ser solicitada por escrito ao Comité de Gestão.

A adesão será concedida mediante aprovação do Comité de Gestão, que não tem obrigação de fundamentar a sua decisão.

Os detalhes do processo serão determinados pelo Regulamento Interno.

Artigo 6: Quotização

Os Membros da POLIS serão obrigados a pagar uma quota anual. O valor da quota será proposto pelo Comité de Gestão para aprovação da Assembleia-Geral. Será definida uma estrutura de quotas diferentes para cada uma das categorias de membro. A quota é paga no início de cada ano civil.

A Elegibilidade e o direito de voto, conforme os presentes estatutos, são restritos aos membros efetivos que tenham a sua quota em dia.

O valor da quotização dos membros efetivos e membros associados serão definidas por regulamentação interna.

Artigo 7: Rescisão de Membros

Todos os membros são livres de rescindir a sua adesão à POLIS em qualquer momento. Qualquer renúncia deve ser comunicada ao Comité de Gestão através de carta registrada.

A rescisão da adesão entrará em vigor após a receção da referida renúncia. A exclusão de um Membro pode ser decidida somente pelo Comité de Gestão, por maioria de dois terços dos membros, presentes ou representados. A Assembleia-Geral deve então votar sobre essa decisão durante a sua reunião seguinte.

A adesão é automaticamente cancelada se o membro não tiver pago a sua quota seis meses após o pedido de pagamento ter sido enviado por correio registado pelo Tesoureiro ou pelo Secretário.

O Presidente poderá, até decisão formal do Comité de Gestão, suspender qualquer Membro por violação séria dos Estatutos ou do Regulamento Interno.

Antes da exclusão de um Membro, a POLIS é obrigada a oferecer a oportunidade ao membro em causa de se defender perante o Comité de Gestão.

Qualquer membro que tenha renunciado ou tenha sido excluído não tem qualquer direito aos benefícios da POLIS, nem direito a qualquer forma de compensação ou reembolso da quotização.

Seção 4: Órgãos da POLIS

Artigo 8: Órgãos da POLIS

São órgãos da POLIS:

- A Assembleia-Geral,
- O Presidente da POLIS, eleito pela Assembleia-Geral,
- O Comité de Gestão, eleito pela Assembleia-Geral e presidido pelo Presidente da POLIS, é apoiado pelo Vice-Presidente e pelo Tesoureiro,
- O Secretário Geral, se houver

A POLIS é apoiada por um secretariado (POLIS Office) para alcançar os seus objetivos, em particular de secretaria, intercâmbio de informações e promoção dos seus objetivos.

Seção 5: Assembleia-Geral

Artigo 9: Participação

A Assembleia-Geral é a congregação de todos os membros da POLIS. Cada membro designa um representante oficial para cada Assembleia-geral.

A Assembleia-Geral deve ser realizada pelo menos uma vez por ano. E é presidida pelo Presidente da POLIS.

Cada membro pode ser representado na Assembleia-geral por outro membro a quem tenha delegado a sua representação por via postal ou quaisquer outros meios de comunicação escrita (incluindo fax ou e-mail). Cada membro só pode representar um outro membro de uma única vez.

Cada Membro Efetivo tem um voto na Assembleia-geral. Os Membros Associados participam na Assembleia-geral apenas como observadores.

Artigo 10: Poderes

A Assembleia-Geral é dotada de todos os poderes mencionados nos presentes Estatutos e os que lhe estão definidos conforme a lei.

Os seguintes poderes são especialmente reservados para a Assembleia-geral:

- A alteração dos Estatutos e do Regulamento Interno;
- A eleição do Presidente da POLIS e dos outros membros do Comité de Gestão, as duas auditorias financeiras, se exigido por lei, a de um revisor oficial de contas;

- A aprovação de orçamentos e contas;
- A dissolução voluntária da POLIS;
- A exclusão de um membro;
- A discussão do programa geral e das políticas para cada exercício financeiro.

Artigo 11: Convocação de Reuniões

A Assembleia-Geral reunir-se-á uma vez por ano e será convocada pelo Presidente.

A notificação para a realização da Assembleia-Geral será feita através de carta, assinada pelo Presidente da POLIS e enviada a todos os Membros, no máximo, um mês antes da data da realização da Assembleia-Geral.

As notificações devem mencionar a data, local, hora e a agenda da Assembleia-Geral. Todas as propostas devem ser assinadas pelo menos por um quarto dos Membros Efetivos e devem ser inscritas na ordem do dia.

O regulamento interno definirá mais detalhes sobre os procedimentos.

Uma Assembleia-geral extraordinária, no interesse da POLIS, poderá ser convocada, em qualquer momento, pelo Comité de Gestão.

O Presidente da POLIS deve convocar uma Assembleia-Geral Extraordinária caso a maioria do Comité de Gestão ou um quarto dos membros efetivos da POLIS o exigir.

Artigo 12: Processo de Decisão

Exceto nos casos previstos nestes Estatutos, todas as decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos Membros Efetivos presentes ou representados, independentemente do número de Membros Efetivos presentes ou representados. Em caso de empate, o Presidente terá o voto de desempate.

A Assembleia-Geral só pode decidir sobre quaisquer alterações aos Estatutos, ao Regulamento Interno ou à dissolução antecipada, se isso estiver previsto na agenda. As decisões serão adotadas por dois terços dos votos dos membros efetivos presentes ou representados. É necessário um *quórum* de dois terços. Se estiverem presentes ou representados menos de dois terços dos Membros efetivos na Assembleia-Geral, deve ser convocada uma segunda reunião, na qual os assuntos deverão ser discutidos independentemente do número de Membros Efetivos presentes ou representados. No caso de segunda Assembleia-Geral, as decisões deverão ser adotadas por dois terços dos votos dos membros efetivos presentes ou representados.

Em casos excepcionais e quando a urgência da questão o exigir, a Assembleia-Geral pode tomar decisões por procedimento escrito.

Para esse efeito, o Presidente da POLIS deverá enviar a todos os membros propostas de resolução, por via postal ou por quaisquer outros meios de comunicação escrita (incluindo e-mail) consoante entenda mais adequado. A comunicação deverá ser acompanhada por um memorando descrevendo os fundamentos que determinaram a utilização do procedimento escrito, bem como o contexto das propostas de resolução. As propostas de resolução serão adotadas se, no prazo de quinze dias úteis após o respetivo envio, o número das comunicações escritas devidamente completas que forem devolvidas ao Presidente da POLIS pelos Membros efetivos for suficiente para preencher o quórum e os requisitos de votação definidos nos presentes Estatutos.

Quando a lei assim o exigir, as alterações dos Estatutos exigem a aprovação do Rei e/ou o registo numa escritura notarial. A data em que as alterações aos Estatutos entrarão em vigor será determinado pelo Regulamento Interno.

Artigo 13: Atas

As atas de cada Assembleia-Geral serão assinadas pelo Presidente da POLIS e pelo Secretário-Geral, e serão enviadas a todos os membros da POLIS no prazo de quatro semanas, após a reunião.

Seção 6: Comité de Gestão

Artigo 14: Nomeação e Renúncia de membros

A POLIS será administrada pelo Comité de Gestão composto por, pelo menos, seis membros, incluindo:

- O Presidente da POLIS;
- O Vice-Presidente;
- O tesoureiro.

Os membros do Comité de Gestão serão eleitos por voto secreto pela Assembleia-Geral, em princípio, por ocasião da Assembleia-Geral Anual.

Só os membros Efetivos da POLIS podem ser eleitos para o Comité de Gestão e/ou para Presidente da POLIS.

O Comité de Gestão é presidido pelo Presidente da POLIS.

O Presidente da POLIS atuará automaticamente como Presidente e anfitrião da Assembleia-Geral. No entanto, desde que previamente ratificado pelo Comité de Gestão, pode ser designado um membro anfitrião alternativo.

O Presidente da POLIS é eleito pelo período de um ano, renovável apenas uma vez. Ele assumirá a presidência da POLIS, assim como a do primeiro Comité de Gestão realizado após a Assembleia-Geral que o nomeou.

O ex-presidente da POLIS permanecerá automaticamente membro do Comité de Gestão da POLIS durante um período de seis meses após a eleição do novo Presidente.

Os restantes membros do Comité de Gestão são eleitos por um período de três anos, a partir da data da sua eleição. Estes mandatos são renováveis uma vez.

A renovação dos mandatos acima mencionados (ou seja, mandato do Presidente do POLIS e dos outros membros do Comité de Gestão) estão sujeitos ao mesmo procedimento de votação do mandato original em causa.

Os membros eleitos para o Comité de Gestão são livres de nomear a pessoa que participará na reunião do Comité de Gestão.

As competências do Presidente da POLIS, do Vice-Presidente e do Tesoureiro serão determinadas pelo regulamento interno.

Não podem ser eleitos como membros do Comité de Gestão mais do que dois Membros efetivos da POLIS do mesmo Estado. Caso contrário, apenas serão mantidos os dois membros efetivos com o maior número de votos.

Todos os membros do Comité de Gestão são livres de, a qualquer momento, renunciar aos seus deveres.

Serão definidos outros procedimentos eleitorais pelo Regulamento Interno.

Artigo 15: Responsabilidades

O Comité de Gestão detém o mais amplo poder de administração e de gestão da POLIS. Detém todos os poderes não especificamente reservados pela lei e pelos presentes Estatutos à Assembleia-Geral.

Em caso de extrema urgência, o Comité de Gestão pode tomar uma decisão provisória que, normalmente, pertence à Assembleia-Geral. Esta decisão será mantida até à realização da próxima reunião da Assembleia-Geral.

O Comité de Gestão terá de explicar as circunstâncias da sua decisão provisória, de forma abrangente num relatório apresentado à Assembleia-Geral na sua próxima reunião.

O Comité de Gestão é responsável conjuntamente, entre outras, das seguintes tarefas:

- Orientação e supervisão das políticas e do orçamento da POLIS;
- Supervisão geral das atividades do Secretariado da POLIS;
- Determinação do estabelecimento, continuação e cessação de grupos de trabalho;
- Determinação do plano de atividades e, em geral, da direção da POLIS, em conjunto com as decisões do Assembleia-Geral.

O Comité de Gestão nomeará ou demitirá, seja diretamente ou por meio de um intermediário, todos os agentes, funcionários e membros do *staff* e o Secretário-Geral da POLIS. O comité de Gestão decidirá igualmente sobre suas condições de trabalho.

O Comité de Gestão pode, no âmbito das suas competências, delegar os seus poderes a um ou mais dos seus membros, ou a um ou mais funcionários da POLIS.

O Comité de Gestão estabelecerá todos os projetos de regras internas e regulamentos que considerar necessários, os quais deverão ser aprovados pela Assembleia-Geral.

Artigo [16]: Convocatórias. Votos

O Comité de Gestão reunir-se-á pelo menos duas vezes, entre duas Assembleias-Gerais Anuais sucessivas.

As reuniões do Comité de Gestão serão presididas pelo Presidente da POLIS ou, em caso de impossibilidade de este comparecer, pelo Vice-Presidente.

A maioria dos membros do Comité de Gestão atua conjuntamente, ou o Presidente da POLIS, ou o Vice-Presidente, ou o Tesoureiro, ou o Secretário-Geral, agindo em conjunto com um membro do Comité de Gestão, podem convocar reuniões extraordinárias do Comité de Gestão.

A reunião do Comité de Gestão só será considerada válida se a maioria dos seus membros estiverem presentes ou representados.

Cada membro do Comité de Gestão tem o direito de ser representado na reunião do Comité por outro membro, através de delegação enviada por correio normal ou através de outros meios de comunicação escrita (incluindo e-mail). Nenhum membro do comité de gestão pode ter mais de três delegações de voto.

As decisões serão tomadas por maioria simples dos votos expressos pelos membros do Comité de Gestão presentes ou representados. Em caso de empate, o presidente do POLIS terá voto decisivo.

Em casos excepcionais, e quando a urgência da questão o exigir, o Comité de Gestão pode tomar decisões por escrito.

Para esse efeito, a proposta de resolução deve ser enviada por escrito a todos os membros (incluindo e-mail). A decisão é adotada se, no prazo de quinze dias úteis após terem sido enviadas, as comunicações escritas devidamente preenchidas forem devolvidas pela maioria dos membros do Comité de Gestão e cumpram os requisitos de votação definidos nos presentes Estatutos.

A reunião do Comité de Gestão será validamente constituída mesmo que todos ou alguns dos seus membros, não fisicamente presentes ou representados, participarem nas deliberações através de qualquer meio moderno de telecomunicação que os

permita ouvir e falarem-se diretamente, através de telefone ou videoconferência. Nesse caso, os membros do Comité de Gestão serão considerados presentes.

Seção 7: Secretário Geral

Artigo 17: Direitos e Responsabilidades

O Secretário-Geral deve ser nomeado pela Comité de Gestão. A pessoa nomeada fica responsável pela gestão do dia-a-dia da POLIS.

O Secretário-Geral manterá todos os arquivos que não os financeiros (por exemplo, atas, correspondência, registo de membros).

O Secretário-Geral é assistido e supervisiona o trabalho da secretaria da POLIS, em conformidade com as decisões da Assembleia-Geral e do Comité de Gestão.

O Secretário-Geral fará um relatório (incluindo atividades da secretaria da POLIS) o qual será apresentado em cada reunião do Comité de Gestão.

Seção [8]: Representação Externa

Artigo [18]: Representação Externa

A POLIS será representada de forma válida perante terceiros e no que diz respeito a todos os atos judiciais e extrajudiciais do Presidente da POLIS, agindo individualmente ou por qualquer Membro do Comité de Gestão, designado pelo Comité de Gestão.

No âmbito da gestão diária, a POLIS também será validamente representada perante terceiros e perante todos os atos judiciais e extrajudiciais pelo Secretário-Geral atuando individualmente.

Nenhuma das pessoas acima mencionadas deve justificar os seus poderes em relação a terceiros.

Além disso, a POLIS também será representada de forma válida em relação a terceiros, no âmbito dos seus mandatos, através de procuradores devidamente mandatados pelo Presidente da POLIS, atuando individualmente ou por quaisquer dois membros do Comité de Gestão agindo em conjunto.

Seção 9: Exercício Financeiro e Contas

Artigo 19: Conservação de Livros

O ano fiscal da POLIS terá início no dia 1 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro.

O Tesoureiro, em nome do Comité de Gestão, preparará as contas do exercício encerrado, conforme solicitado pela Lei belga, bem como o Orçamento do ano seguinte, e apresentá-los-á na Assembleia-Geral seguinte para aprovação.

As contas e o Orçamento podem ser consultados por todos os Membros na sede da POLIS a partir do décimo dia que antecede a Assembleia-Geral.

Artigo 20: Auditoria Financeira

Se a lei assim o exigir, a Assembleia-Geral nomeará um revisor oficial de contas da POLIS, escolhido entre os membros do “Institut des Réviseurs d'Entreprise” (Instituto de Revisores de Empresas).

Se a POLIS não estiver obrigada por lei a nomear um auditor oficial, a Assembleia-Geral nomeará anualmente dois auditores financeiros, os quais não serão membros do Comité de Gestão.

Os auditores financeiros ou, se aplicável, o Revisor Oficial de Contas responderá perante à Assembleia-Geral.

Seção 10: Dissolução e Liquidação

Artigo 21: Dissolução

Em caso de dissolução voluntária, a Assembleia-Geral, ou, na falta desta, um Tribunal nomeará um ou mais liquidatários. Definirá igualmente seus poderes e o método de liquidação.

Artigo 22: Liquidação

No caso de dissolução da POLIS, o saldo líquido, após pagamento de dívidas, será doado a uma ou mais associações sem fins lucrativos com objetivo similar, conforme indicado pela Assembleia-Geral.